



CÂMARA DOS DEPUTADOS

	APENSADOS	
-		
_		-
		+
		-
		-
		-

		· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·			
AUTOR:	N° D	E ORIGEM:			
(DO SR. GASTÃO VIEIRA)					
EMENTA:				-	
Concede estímulo à instalação de indús	stria aeroespacia	I no nordeste brasile	eiro.		
		111011010000000000000000000000000000000			
DECRACUO					
DESPACHO: 16/02/2000 - (APENSE-SE AO PROJETO DE LEI Nº 2.2)	35, DE 1999.)				
ENCAMINHAMENTO INICIAL:					
AO ARQUIVO, EM 24/2/00					
REGIME DE TRAMITAÇÃO		PRAZO DE EMEND	AS		
ORDINÁRIA	COMISSÃO	INÍCIO		TÉRM	IINO
COMISSÃO DATA/ENTRADA		1 /		1	/
		1 1		/	1
		/		/	1
	<u> </u>			/	
					/
				1	1
DISTRIBUTE	ÇÃO / REDISTRIBU	IICÃO / VISTA			
	7				
A(o) Sr(a). Deputado(a):					· ·
Comissão de:			Em:		-0.0
A(o) Sr(a). Deputado(a):					
Comissão de:					
A(o) Sr(a). Deputado(a):		Presidente: _			
Comissão de:			Em:		
A(o) Sr(a). Deputado(a):		Presidente: _			
Comissão de:			Em:		
A(o) Sr(a). Deputado(a):		Presidente:			
Comissão de:			Em:		
A(o) Sr(a). Deputado(a):		Presidente:			
Comissão de:			Em:	_/	_/
A(o) Sr(a). Deputado(a):		Presidente: _			
Comissão de			Fm:	1	1

Presidente: _

Em: ____/___/

DCM 3.17.07.003-7 (NOV. / 99)

Comissão de:

A(o) Sr(a). Deputado(a): _____

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 2.384, DE 2000 (DO SR. GASTÃO VIEIRA)



Concede estímulo à instalação de indústria aeroespacial no nordeste brasileiro.

(APENSE-SE AO PROJETO DE LEI Nº 2.235, DE 1999.)

O Congresso Nacional decreta:

- Art. 1º Os empreendimentos industriais instalados no nordeste brasileiro farão jus a crédito presumido do Imposto sobre Produtos Industrializados IPI, a ser deduzido na apuração deste imposto, incidente nas saídas dos produtos classificados no Capítulo 88 da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados TIPI, aprovada pelo Decreto nº 2.092, de 10 de dezembro de 1996.
- § 1º O crédito presumido corresponderá a trinta e dois por cento do valor do IPI incidente nas saídas do estabelecimento industrial, dos produtos referidos no *caput*, nacionais ou importados diretamente pelo beneficiário.
- § 2º O crédito presumido poderá ser aproveitado em relação às saídas ocorridas até 31 de dezembro de 2010.
- Art. 2º O crédito presumido referido no artigo anterior somente será usufruído pelos contribuintes cujos projetos hajam sido apresentados até cento e oitenta dias após a entrada em vigência desta lei.
- § 1º Os projetos serão apresentados ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, para fins de avaliação, aprovação e acompanhamento.
- § 2°. Os Ministros de Estado da Fazenda e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior fixarão, em ato conjunto, os requisitos para apresentação e aprovação dos projetos.
- § 3°. Inclui-se, obrigatoriamente, entre os requisitos a que se refere o parágrafo anterior a exigência de que a instalação de novo





CÂMARA DOS DEPUTADOS



empreendimento industrial não implique transferência de empreendimento já instalado, para as regiões incentivadas.

§ 4º Os projetos deverão ser implantados no prazo máximo de quarenta e dois meses, contados da data de sua aprovação.

§ 5º O direito ao crédito presumido dar-se-á a partir da data de aprovação do projeto, alcançando, inclusive, o período de apuração do IPI que contiver aquela data.

Art. 3°. O crédito presumido de que trata o art. 1° não poderá ser usufruído cumulativamente com outros beneficios fiscais federais, exceto os de caráter regional relativos ao imposto de renda das pessoas jurídicas.

Art. 4º A utilização do crédito presumido em desacordo com as normas estabelecidas, bem assim o descumprimento do projeto implicará o pagamento do IPI com os correspondentes acréscimos legais.

Art. 5° A saída, do estabelecimento industrial, ou a importação de partes, peças, componentes e acessórios, destinados à montagem dos produtos classificados no Capítulo 88 da TIPI, dar-se-á com suspensão do IPI.

§ 1º O fabricante de aeronaves e aparelhos espaciais referidos no *caput* ficará sujeito ao recolhimento do IPI suspenso, caso destine os produtos recebidos com suspensão do imposto a fim diverso do ali estabelecido.

§ 2º O disposto neste artigo não impede a manutenção e a utilização do crédito do imposto pelo estabelecimento que houver dado saída com suspensão do imposto.

§ 3º Nas notas fiscais relativas às saídas referidas no caput, deverá constar a expressão "Saído com suspensão do IPI", com a especificação do dispositivo legal correspondente, vedado o registro do imposto nas referidas notas.

Art. 6°. Esta lei entrará em vigor em 1° de janeiro do ano seguinte ao de sua publicação.







JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória nº 1.916, de 29 de julho de 1999, concedeu incentivos fiscais aos empreendimentos industriais instalados nas áreas de atuação da SUDAM e da SUDENE, consistentes em outorga de créditos presumidos do IPI, e relativamente aos produtos classificados nas posições 8702 a 8704 da TIPI - Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados.

Posteriormente, a referida Medida Provisória foi transformada na Lei nº 9.826, de 23 de agosto de 1999.

Indiscutivelmente, os incentivos previstos nos diplomas legislativos mencionados são valiosos para o desenvolvimento daquelas regiões do País, e merecem o aplauso de todos os que se interessam pelo futuro do Brasil.

No entanto, o exame do conteúdo do incentivo revela a existência de restrição incompreensível, eis que não há qualquer justificativa para não se incluir na relação das indústrias beneficiadas a indústria aeroespacial.

Por esse motivo, estamos aperfeiçoando a Lei nº 9.826/99, propondo Projeto de Lei que amplia a abrangência da referida Lei, de forma a atrair para o nordeste brasileiro a indústria aeroespacial, que deverá satisfazer as exigências impostas à indústria automobilística.

Em face da importância dos incentivos fiscais para o desenvolvimento brasileiro, estou certo de que poderei contar com o apoio de meus ilustres Pares.

Sala das Sessões, em de O2 de 1-999.

Deputado Gastão Vieira

Lote: 79 Caixa: 97
PL Nº 2384/2000
4

PLENÁRIO - RECEBIDO
Em 01/02/90 às 8:17 hs
Nome Salasa
Pento 3204



DECRETO N. 2.092 - DE 10 DE DEZEMBRO DE 1996

Aprova a Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados, e dá outras providências

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no artigo 4º, incisos I e II, do Decreto-Lei n. 1.199(1), de 27 de dezembro de 1971, decreta:

Art. 1º É aprovada a anexa Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados — TIPI.

Parágrafo único. A TIPI de que trata este artigo tem por base a Nomenclatura Comum do MERCOSUL - NCM, constante do Anexo I do Decreto n. 1.767⁽²⁾, de 28 de dezembro de 1995.

- Art. 2º A NCM passa a constituir a nova Nomenclatura Brasileira de Mercadorias baseada no Sistema Harmonizado NBM/SH, para todos os efeitos previstos no artigo 2º do Decreto-Lei n. 1.154⁽³⁾, de 1º de março de 1971.
- Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 1997.
- Art. 4º Ficam revogados os Decretos, não numerados⁽⁴⁾, de 25 de abril de 1991 e⁽⁵⁾ 15 de junho de 1991, que reduzem alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados, bem como os Decretos:
 - $I n. 97.410^{(6)}$, de 23 de dezembro de 1988;
- $II ns. 97.598^{(7)}$, de 30 de março, $98.114^{(8)}$, de 4 de setembro e $98.666^{(9)}$, de 27 de dezembro, todos de 1989;
- III ns. 99.182⁽¹⁰⁾, de 15 de março e 99.694⁽¹¹⁾, de 16 de novembro, ambos de 1990;
- $IV ns. 50^{(12)}$, de 7 de março, $207^{(13)}$, de 5 de setembro, $221^{(14)}$, de 20 de setembro, $239^{(15)}$, de 24 de outubro, $340^{(16)}$, de 13 de novembro e $364^{(17)}$, de 16 de dezembro, todos de 1991;
- V-ns. $420^{(18)}$, de 13 de janeiro, $495^{(19)}$, de 16 de abril, $497^{(20)}$, de 22 de abril, $551^{(21)}$, de 29 de maio, $609^{(22)}$ e $613^{(23)}$, ambos de 27 de julho, $624^{(24)}$, de 4 de agosto, $630^{(25)}$, de 12 de agosto, $632^{(26)}$, de 18 de agosto, $649^{(27)}$, de 11 de setembro e $665^{(28)}$, de 12 de outubro, todos de 1992;
- $VI ns. 746^{(29)}$, de 5 de fevereiro, $755^{(30)}$, de 19 de fevereiro, $803^{(31)}$, de 20 de abril e $933^{(32)}$, de 16 de setembro, todos de 1993;
- VII ns. $1.059^{(33)}$, de 21 de fevereiro, $1.088^{(34)}$, de 16 de março, $1.100^{(35)}$, de 30 de março, $1.106^{(36)}$, de 7 de abril, $1.117^{(37)}$, de 22 de abril, $1.175^{(38)}$ e $1.176^{(39)}$, ambos de 1º de julho, $1.178^{(40)}$, de 4 de julho, $1.311^{(41)}$, de 17 de novembro e $1.356^{(42)}$, de 30 de dezembro, todos de 1994;
- $VIII ns. 1.397^{(43)}$, de 16 de fevereiro, $1.551^{(44)}$, de 10 de julho, $1.604^{(45)}$, de 24 de agosto e $1.688^{(46)}$, de 6 de novembro, todos de 1995;
 - $IX n. 1.813^{(47)}$, de 8 de fevereiro de 1996.

Fernando Henrique Cardoso - Presidente da República.

Pedro Malan.

ANEXO AO DECRETO N. 2.092, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1996

Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI

Baseada na Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM

CAPÍTULO 87 VEÍCULOS AUTOMÓVEIS, TRATORES, CICLOS E OUTROS VEÍCULOS TERRESTRES, SUAS PARTES E ACESSÓRIOS

Notas

- 1. O presente Capítulo não compreende os veículos concebidos para circular unicamente sobre vias férreas.
- 2. Consideram-se tratores, na acepção do presente Capítulo, os veículos motores essencialmente concebidos para puxar ou empurrar instrumentos, veículos ou cargas, mesmo que apresentem certos dispositivos acessórios que permitam o transporte de ferramentas, sementes, adubos, etc., relacionados com o seu uso principal.
 - Os instrumentos e órgãos de trabalho concebidos para equipar os tratores da posição 8701, como material intercambiável, seguem o seu regime próprio, mesmo apresentados com o trator, quer estejam ou não montados neste.
- Os chassis de veículos automóveis, quando providos de cabina, classificam-se nas posições 8702 a 8704 e não na posição 8706.
- A posição 8712 compreende todas as bicicletas para crianças. Os outros ciclos para crianças classificam-se na posição 9501.

Notas Complementares (NC) da TIPI

- NC (87-1) Ficam acrescidas de quinze pontos percentuais as alíquotas relativas às camionetas, furgões, "pick-ups" e semelhantes, da subposição 8704.21, exceto aqueles com tração nas quatro rodas.
- NC (87-2) Ficam reduzidas a zero por cento as alíquotas relativas aos veículos classificados na posição 8703 (exceto os automóveis de corrida) e às camionetas, furgões, "pick-ups" e semelhantes da posição 8704, quando destinados ao patrulhamento policial.
- NC (87-3) Ficam reduzidas de cinco pontos percentuais as alíquotas relativas aos automóveis de passageiros e veículos de uso misto, classificados na subposição 8703.23, quando equipados com motor provido de injeção eletrônica, cuja potência bruta (SAE) se situe na faixa de mais de 100 HP até 127 HP.
- NC (87-4) Ficam reduzidas a oito por cento as alíquotas relativas aos veículos classificados na subposição 8703.23, com tração traseira, carroçaria metálica e capota metálica fixa, quando equipados com motor refrigerado a ar, de cilindrada não superior a 1.600 cm³ e potência bruta (SAE) de até 100 HP, atendido o índice mínimo de nacionalização equivalente a noventa por cento do preço FOB-fábrica, sem impostos, incluído o motor produzido no País.

CÓDIGO NCM	DESCRIÇÃO	ALÍQUOTA (%)
8701	TRATORES (EXCETO OS CARROS-TRATORES DA POSIÇÃO 8709)	
8701.10.00	-Motocultores	5
8701.20.00	-Tratores rodoviários para semi-reboques	3
	Ex 01 Caminhão-trator, de construção especial para serviço pesado, destinado a trabalhos vinculados diretamente ao transporte de minérios, pedras, terras com pedras e materiais semelhantes, que não se identifique como caminhão-trator do tipo comercial ou comum adaptado ou reforçado	•
8701.30.00	-Tratores de lagartas	5 5
	TO DESCRIPTION OF THE PROPERTY	3
8701.90.00	-Outros	5
8702	VEÍCULOS AUTOMÓVEIS PARA TRANSPORTE DE 10 PESSOAS OU MAIS, INCLUINDO O MOTORISTA	
8702.10.00	-Com motor de pistão, de ignição por compressão (diesel ou semidiesel)	12
	Ex 01 Ônibus, mesmo articulado, com capacidade para mais de 20 passageiros	0
	Ex 02 Ônibus-leito, com capacidade para até 20 passageiros	0
	Ex 03 Onibus especial para transporte de passageiros em pistas de aeroportos	0
	Ex 04 Microônibus com capacidade de 15 a 20 passageiros, assim considerado o veículo com corredor interno para circulação dos passageiros	0
8702.90	-Outros	51.50

	8702.90.10	Trolebus	12
		Ex 01 Com capacidade para mais de 14 passageiros	0
	8702.90.90	Outros	12
		Ex 01 Ônibus, mesmo articulado, com capacidade para mais de 20 passageiros	63.77.9
			0
		Ex 02 Ônibus-leito, com capacidade para até 20 passageiros	0
		Ex 03 Ônibus especial para transporte de passageiros em pistas de aeroportos	0
		Ex 04 Microônibus com capacidade de 15 a 20 passageiros, assim considerado o veículo com corredor interno para circulação dos	
202	8703	passageiros AUTOMÓVEIS DE PASSAGEIROS E OUTROS VEÍCULOS AUTOMÓVEIS PRINCIPALMENTE CONCEBIDOS PARA TRANSPORTE DE PESSOAS (EXCETO OS DA POSIÇÃO 8702), INCLUÍDOS OS VEÍCULOS DE USO MISTO ("STATION WAGONS") E OS AUTOMÓVEIS DE CORRIDA	0



C	OORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CeD
8703.10.00	-Veículos especialmente concebidos para se deslocar sobre a neve; veículos
	especiais para transporte de pessoas nos campos de golfe e veículos semelhantes
3703.2	-Outros veículos com motor de pistão alternativo, de ignição por centelha (faísca)
3703.21.00	-De cilindrada não superior a 1.000cm³
20119	Ex 01 Automóveis com três rodas
703.22	-De cilindrada superior a 1.000cm³, mas não superior a 1.500cm³
703.22.10	Com capacidade de transporte de pessoas sentadas inferior ou igual a 6,
	incluído o condutor
	Ex 01 Carro celular
	Ex 02 Jipes
702 22 00	Ex 03 Automóveis de passageiros e veículos de uso misto, com motor a álcool
703.22.90	Outros
	Ex 01 Carro celular
	Ex 02 Jipes Ex 03 Automóveis de passageiros e veículos de uso misto, com motor a álcool
703.23	-De cilindrada superior a 1.500cm³, mas não superior a 3.000cm³
703.23.10	Com capacidade de transporte de pessoas sentadas inferior ou igual a 6,
703.23.10	incluído o condutor
	Ex 01 Ambulância
	Ex 02 Carro celular
	Ex 03 Carro funerário
	Ex 04 Jipes
	Ex 05 Veículo tipo "buggy", com motor a gasolina, de cilindrada não superior
	a 1.600 cm ³ e de até 65 HP de potência bruta (SAE), com capacidade
	para cinco pessoas, tração traseira, peso igual ou inferior a 700 kg,
	carroçaria tipo monobloco moldada em fibra de vidro e reforçada com
	tubos metálicos, capota removível confeccionada em lona plástica
	flexível ou fibra de vidro rígida e com pneus traseiros tipo 11 L 15
	("DUNE-BUG"), com largura mínima de 279 mm
	Ex 06 Automóveis de passageiros e veículos de uso misto, com motor a
	álcool, de até 100 HP de potência bruta (SAE)
	Ex 07 Automóveis de passageiros e veículos de uso misto, com motor a
	gasolina, de mais de 100 HP de potência bruta (SAE)
	Ex 08 Automóveis de corrida
703.23.90	Outros
	Ex 01 Ambulância
	Ex 02 Carro celular
	Ex 03 Carro funerário
	Ex 04 Jipes
	Ex 05 Automóveis de passageiros e veículos de uso misto, com motor a
	álcool, de até 100 HP de potência bruta (SAE)
	Ex 06 Automóveis de passageiros e veículos de uso misto, com motor a
	gasolina, de mais de 100 HP de potência bruta (SAE)
703.24	-De cilindrada superior a 3.000cm³
703.24.10	Com capacidade de transporte de pessoas sentadas inferior ou igual a 6,
	incluído o condutor
	Ex 01 Ambulância
	Ex 02 Carro celular
	Ex 03 Carro funerário
	Ex 04 Jipes
	Ex 05 Automóveis de passageiros e veículos de uso misto, com motor a
	gasolina
	Ex 06 Automóveis de corrida
03.24.90	Outros
	Ex 01 Ambulância
	Ex 02 Carro celular
	Ex 03 Carro funerário
	Ex 04 Jipes
	Ex 05 Automóveis de passageiros e veículos de uso misto, com motor a
	gasolina
703.3	-Outros veículos, com motor de pistão, de ignição por compressão (diesel ou
	semidiesel)
703.31	-De cilindrada não superior a 1.500cm ³
703.31.10	Com capacidade de transporte de pessoas sentadas inferior ou igual a 6,
	incluído o condutor
	Ex 01 Carro celular
	E- 03 E

Ex 02 Jipes Ex 03 Automóveis de passageiros



12

50

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA

	COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - Ce	DI
8703.31.90	Outros	
	Ex 01 Carro celular	
	Ex 02 Jipes	
100000000000000000000000000000000000000	Ex 03 Automóveis de passageiros	
8703.32	-De cilindrada superior a 1.500cm³, mas não superior a 2.500cm³	
8703.32.10	Com capacidade de transporte de pessoas sentadas inferior ou igual a 6	
	incluido o condutor	
	Ex 01 Ambuláncia	
	Ex 02 Carro celular	
	Ex 03 Carro funerário	
	Ex 04 Jipes	
	Ex 05 Automóveis de passageiros com motor de até 100 HP de potência bruta (SAE)	
	Ex 06 Automóveis de passageiros com motor de mais de 100 HP de potência bruta (SAE)	
8703.32.90	Outros	
	Ex 01 Ambulância	
	Ex 02 Carro celular	
	Ex 03 Carro funerário	
	Ex 04 Jipes	
	Ex 05 Automóveis de passageiros com motor de até 100 HP de potência bruta (SAE)	
	Ex 06 Automóveis de passageiros com motor de mais de 100 HP de potência	
	bruta (SAE)	
8703.33	-De cilindrada superior a 2.500cm ³	
8703.33.10	Com capacidade de transporte de pessoas sentadas inferior ou igual a 6,	
	incluído o condutor	
	Ex 01 Ambulância	
	Ex 02 Carro celular	
	Ex 03 Carro funerário	
	Ex 04 Jipes	
	Ex 05 Automóveis de passageiros	
8703.33.90	Outros	
	Ex 01 Ambulância	
	Ex 02 Carro celular	
	Ex 03 Carro funerário	
	Ex 04 Jipes	
and the second second	Ex 05 Automóveis de passageiros	
3703.90.00	-Outros	
	Ex 01 Com motor elétrico, exceto automóveis de corrida	
	Ex 02 Ambulância, exceto com motor elétrico	
	Ex 03 Carro celular, exceto com motor elétrico	
	Ex 04 Carro funerário, exceto com motor elétrico	
	Ex 05 Automóveis de passageiros, exceto com motor elétrico	
704.10.00	VEÍCULOS AUTOMÓVEIS PARA TRANSPORTE DE MERCADORIAS	
704.2	-"Dumpers"concebidos para serem utilizados fora de rodovias Ex 01 Com motor elétrico	
704.21	-Outros, com motor de pistão, de ignição por compressão (diesel ou semidiesel)	
704.21.10	-De peso em carga máxima não superior a 5 toneladas	
704.21.10	Chassis com motor e cabina	
704.21.20	Ex 01 De camionetas, furgões, "pick-ups" e semelhantes	
704.21.20	Com caixa basculante	
704 21 20	Ex 01 Camionetas, furgões, "pick-ups" e semelhantes	
704.21.30	Frigoríficos ou isotérmicos	
	Ex 01 Camionetas, furgões, "pick-ups" e semelhantes	
704.21.90	Outros	
	Ex 01 Carnionetas, furgões, "pick-ups" e semelhantes	
	Ex 02 Carro-forte para transporte de valores	
704.22	-De peso em carga máxima superior a 5 toneladas, mas não superior a 20	
	toneladas	



	COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CO	eDI
8704.22.10	Chassis com motor e cabina	
8704.22.20	Com caixa basculante	
8704.22.30	Frigorificos ou isotérmicos	
8704.22.90	Outros	
8704.23	-De peso em carga máxima superior a 20 toneladas	
8704.23.10	Chassis com motor e cabina	
8704.23.20	Com caixa basculante	
8704.23.30	Frigoríficos ou isotérmicos	
8704.23.90	Outros	
8704.3	-Outros, com motor de pistão, de ignição por centelha (faísca)	
8704.31	-De peso em carga máxima não superior a 5 toneladas	
8704.31.10		
8704.31.10	Chassis com motor e cabina	
	Ex 01 De caminhão	
	Ex 02 De carnionetas, furgões, "pick-ups" e semelhantes	
8704.31.20	Com caixa basculante	
	Ex 01 Caminhão	
	Ex 02 Camionetas, furgões, "pick-ups" e semelhantes	
8704.31.30	Frigoríficos ou isotérmicos	
	Ex 01 Caminhão	
	Ex 02 Carnionetas, furgões, "pick-ups" e semelhantes	
8704.31.90	Outros	
	Ex 01 Caminhão	
	Ex 02 Camionetas, furgões, "pick-ups" e semelhantes	
070470	Ex 03 Carro-forte para transporte de valores	
8704.32	De peso em carga máxima superior a 5 toneladas	
8704.32.10	Chassis com motor e cabina	
8704.32.20	Com caixa basculante	
8704.32.30	Frigoríficos ou isotérmicos	
8704.32.90	Outros	
8704.90.00	-Outros	
	Ex 01 Com motor elétrico	
	AUTO-SOCORROS, CAMINHÕES-GUINDASTES, VEÍCULOS DE COMBATE A INCÊNDIOS, CAMINHÕES-BETONEIRAS, VEÍCULOS PARA VARRER, VEÍCULOS PARA ESPALHAR, VEÍCULOS-OFICINAS, VEÍCULOS RADIOLÓGICOS), EXCETO OS CONCEBIDOS PRINCIPALMENTE PARA TRANSPORTE DE PESSOAS OU DE	
0706 10 00	MERCADORIAS	
8705.10.00	-Caminhões-guindastes	
	Ex 01 Com motor elétrico	
8705.20.00	-Torres ("derricks") automóveis, para sondagem ou perfuração	
	Ex 01 Com motor elétrico	
8705.30.00	-Veículos de combate a incêndios	
	Ex 01 Com motor elétrico	
8705.40.00	-Caminhões-betoneiras	
	Ex 01 Com motor elétrico	
8705.90.00	-Outros	
	Ex 01 Com motor elétrico	
8706.00	CHASSIS COM MOTOR PARA OS VEÍCULOS AUTOMÓVEIS DAS POSIÇÕES 8701 A 8705	
8706.00.10	Dos veículos da posição 8702	
	Ex 01 De ônibus e microônibus	
	Ex 02 De veículos com motor elétrico, exceto ônibus e microônibus	
8706.00.20	Dos veículos das subposições 8701.10, 8701.30, 8701.90 ou 8704.10	
8706.00.20	Outros	
6/00.00.90	ATATAWAT Commence on the commence of	
	Ex 01 De caminhões	
-210		
8707	CARROÇARIAS PARA OS VEÍCULOS AUTOMÓVEIS DAS POSIÇÕES	
	8701 A 8705, INCLUÍDAS AS CABINAS	
8707.10.00	-Para os veículos da posição 8703	
8707.90	-Outras	
8707.90.10	Dos veículos das subposições 8701.10, 8701.30, 8701.90 ou 8704.10	
	Ex 01 Cabinas	
8707 90 90	Outras	

Ex 02 Cabinas de veículos das posições 8702 (exceto ônibus e microônibus),

8707.90.90

Outras

Ex 01 De ônibus e microônibus



CAPÍTULO 88 AERONAVES E APARELHOS ESPACIAIS, E SUAS PARTES

Nota de Subposições

 Consideram-se vazios, para aplicação das subposições 8802.11 a 8802.40, o peso dos aparelhos em ordem normal de vôo, excluídos o peso do pessoal, do combustível e dos diversos equipamentos, exceto os fixados com caráter permanente.

CÓDIGO NCM	DESCRIÇÃO	ALÍQUOTA (%)
8801	BALÕES E DIRIGIVEIS; PLANADORES, ASAS VOADORAS E OUTROS	(70)
	VEICULOS AÉREOS, NÃO CONCEBIDOS PARA PROPULSÃO COM	
	MOTOR	
8801.10.00	-Planadores e asas voadoras	10
8801.90.00	-Outros	10
	Ex 01 Balões e dirigíveis	8
8802	OUTROS VEÍCULOS AÉREOS (POR EXEMPLO: HELICÓPTEROS,	
	AVIÕES); VEÍCULOS ESPACIAIS (INCLUÍDOS OS SATÉLITES) E SEUS	
	VEÍCULOS DE LANÇAMENTO E VEÍCULOS SUBORBITAIS	
8802.1	-Helicópteros	
8802.11.00	De peso não superior a 2.000kg, vazios	0
8802.12	De peso superior a 2.000kg, vazios	
8802.12.10	De peso inferior ou igual a 3.500kg	0
8802.12.90	Outros	0
8802.20	-Aviões e outros veículos aéreos, de peso não superior a 2.000kg, vazios	
8802.20.10	A hélice	0
8802.20.2	A turboélice	
8802.20.21	Monomotores	0
8802.20.22	Multimotores	0
8802.20.90	Outros	0
Selection is	Ex 01 Aviões a turbojato	10
8802.30	-Aviões e outros veículos aéreos, de peso superior a 2.000kg, mas não superior a	
	15.000kg, vazios	
8802.30.10	A hélice	0
8802.30.2	A turboélice	
8802.30.21	Multimotores, de peso inferior ou igual a 7.000kg, vazios	0
8802.30.29	Outros	0
8802.30.3	A turbojato	
8802.30.31	De peso inferior ou igual a 7.000kg, : azios	10
8802.30.39	Outros	10
8802.30.90	Outros	0
8802.40	-Aviões e outros veículos aéreos, de peso superior a 15.000kg, vazios	5250
8802.40.10	A turboélice	0
8802.40.90 8802.60.00	Outros	0
3002.00.00	-Veículos espaciais (incluídos os satélites) e seus veículos de lançamento e veículos suborbitais	
	2. The second of	10
8803	PARTES DOS VEÍCULOS E APARELHOS DAS POSIÇÕES 8801 OU 8802	
8803.10.00	-Hélices e rotores, e suas partes	0
8803.20.00	-Trens de aterrissagem e suas partes	0
8803.30.00	-Outras partes de aviões ou de helicópteros	0
8803.90.00	-Outras	10
8804.00.00	PÁRA-QUEDAS (INCLUÍDOS OS PÁRA-QUEDAS DIRIGÍVEIS E OS	
	PARAPENTES) E OS PÁRA-QUEDAS GIRATÓRIOS; SUAS PARTES E ACESSÓRIOS	
	Ex 01 Pára-quedas giratórios e suas partes	8
		10
8805	APARELHOS E DISPOSITIVOS PARA LANÇAMENTO DE VEÍCULOS	
	AÉREOS; APARELHOS E DISPOSITIVOS PARA ATERRISSAGEM DE	
	VEICHT OF AFREOR FM BORTH HITTER -	
	DISPOSITIVOS SEMELHANTES; APARELHOS SIMULADORES DE VÔO	
	EM TERRA; SUAS PARTES	
805.10.00	-Aparelhos e dispositivos para lançamento de veículos aéreos, e suas partes;	
	aparelhos e dispositivos para aterrissagem de veículos aéreos em porta-aviões e	
	aparelhos e dispositivos semelhantes, e suas partes	8
805.20.00	-Aparelhos simuladores de vôo em terra, e suas partes	ő

CAPÍTULO 89 EMBARCAÇÕES E ESTRUTURAS FLUTUANTES



LEI Nº 9.826, DE 23 DE AGOSTO DE 1999.

DISPÕE SOBRE INCENTIVOS FISCAIS PARA DESENVOLVIMENTO REGIONAL, ALTERA A LEGISLAÇÃO DO IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS - IPI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Faço saber que o **Presidente da República** adotou a Medida Provisória nº 1.916, de 1999, que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Antonio Carlos Magalhães, Presidente, para os efeitos do disposto no parágrafo único do art. 62 da Constituição Federal, promulgo a seguinte Lei:

- Art. 1º Os empreendimentos industriais instalados nas áreas de atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia SUDAM e Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste SUDENE farão jus a crédito presumido do Imposto sobre Produtos Industrializados IPI, a ser deduzido na apuração deste imposto, incidente nas saídas de produtos classificados nas posições 8702 a 8704 da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados TIPI, aprovada pelo Decreto nº 2.092, de 10 de dezembro de 1996.
- § 1º O disposto neste artigo aplica-se, também, aos empreendimentos industriais instalados na região Centro-Oeste, exceto no Distrito Federal.
- § 2º O crédito presumido corresponderá a trinta e dois por cento do valor do IPI incidente nas saídas, do estabelecimento industrial, dos produtos referidos no **caput**, nacionais ou importados diretamente pelo beneficiário.
- § 3º O crédito presumido poderá ser aproveitado em relação às saídas ocorridas até 31 de dezembro de 2010.
- Art. 2º O crédito presumido referido no artigo anterior somente será usufruído pelos contribuintes cujos projetos hajam sido apresentados até 31 de outubro de 1999.
- § 1º Os projetos serão apresentados ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, para fins de avaliação, aprovação e acompanhamento.



- § 2º Os Ministros de Estado da Fazenda e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior fixarão, em ato conjunto, os requisitos para apresentação e aprovação dos projetos.
- § 3º Inclui-se obrigatoriamente entre os requisitos a que se refere o parágrafo anterior a exigência de que a instalação de novo empreendimento industrial não implique transferência de empreendimento já instalado, para as regiões incentivadas.
- § 4º Os projetos deverão ser implantados no prazo máximo de quarenta e dois meses, contado da data de sua aprovação.
- § 5º O direito ao crédito presumido dar-se-á a partir da data de aprovação do projeto, alcançando, inclusive, o período de apuração do IPI que contiver aquela data.
- Art. 3º O crédito presumido de que trata o art. 1º não poderá ser usufruído cumulativamente com outros beneficios fiscais federais, exceto os de caráter regional relativos ao imposto de renda das pessoas jurídicas.
- Art. 4º A utilização do crédito presumido em desacordo com as normas estabelecidas, bem assim o descumprimento do projeto implicará o pagamento do IPI com os correspondentes acréscimos legais.
- Art. 5º A saída, do estabelecimento industrial, ou a importação de chassis, carroçarias, peças, partes, componentes e acessórios, destinados à montagem dos produtos classificados nas posições 8701 a 8705 e 8711 da TIPI, dar-se-á com suspensão do IPI.
- § 1º O fabricante dos veículos referidos no **caput** ficará sujeito ao recolhimento do IPI suspenso, caso destine os produtos recebidos com suspensão do imposto a fim diverso do ali estabelecido.
- § 2º O disposto neste artigo não impede a manutenção e a utilização do crédito do imposto pelo estabelecimento que houver dado saída com suspensão do imposto.
- § 3º Nas notas fiscais relativas às saídas referidas no **caput**, deverá constar a expressão "Saído com suspensão do IPI", com a especificação do dispositivo legal correspondente, vedado o registro do imposto nas referidas notas.
- Art. 6º Será considerado exportado, para todos os efeitos fiscais e cambiais, ainda que não saia do território nacional, o produto nacional vendido, mediante pagamento em moeda estrangeira de livre conversibilidade, a:

I - empresa sediada no exterior, para ser utilizada exclusivamente nas atividades de pesquisa ou lavra de jazidas de petróleo e de gás natural, conforme definidas na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, ainda que a utilização se faça por terceiro sediado no País;

 II - empresa sediada no exterior, para ser totalmente incorporado a produto final exportado para o Brasil;

III - órgão ou entidade de governo estrangeiro ou organismo internacional de que o Brasil seja membro, para ser entregue, no País, à ordem do comprador.

Parágrafo único. As operações previstas neste artigo estarão sujeitas ao cumprimento de obrigações e formalidades de natureza administrativa e fiscal, conforme estabelecido pela Secretaria da Receita Federal.

Art. 7º Aplicam-se a toda a área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE os benefícios de programas de desenvolvimento econômico-social do Governo Federal destinados à região nordeste, na forma e nos termos do regulamento.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 23 de agosto de 1999; 178º da Independência e 111º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO



MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.916, DE 29 DE JULHO DE 1999.

(CONVERTIDA NA LEI Nº 9.826, DE 23/08/99).

DISPÕE SOBRE INCENTIVOS FISCAIS PARA DESENVOLVIMENTO REGIONAL, ALTERA A LEGISLAÇÃO DO IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS - IPI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

- Art. 1º Os empreendimentos industriais instalados nas áreas de atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia SUDAM e Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste SUDENE farão jus a crédito presumido do Imposto sobre Produtos Industrializados IPI, a ser deduzido na apuração deste imposto, incidente nas saídas de produtos classificados nas posições 8702 a 8704 da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados TIPI, aprovada pelo Decreto nº 2.092, de 10 de dezembro de 1996.
- § 1º O disposto neste artigo aplica-se, também, aos empreendimentos industriais instalados na região Centro-Oeste, exceto no Distrito Federal.
- § 2º O crédito presumido corresponderá a trinta e dois por cento do valor do IPI incidente nas saídas, do estabelecimento industrial, dos produtos referidos no **caput**, nacionais ou importados diretamente pelo beneficiário.
- § 3º O crédito presumido poderá ser aproveitado em relação às saídas ocorridas até 31 de dezembro de 2010.
- Art. 2º O crédito presumido referido no artigo anterior somente será usufruído pelos contribuintes cujos projetos hajam sido apresentados até 31 de outubro de 1999.
- § 1º Os projetos serão apresentados ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, para fins de avaliação, aprovação e acompanhamento.
- § 2º Os Ministros de Estado da Fazenda e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior fixarão, em ato conjunto, os requisitos para apresentação e aprovação dos projetos.

COURD: DA3 COMP

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS – CeDI

- § 3º Inclui-se obrigatoriamente entre os requisitos a que se refere o parágrafo anterior a exigência de que a instalação de novo empreendimento industrial não implique transferência de empreendimento já instalado, para as regiões incentivadas.
- § 4º Os projetos deverão ser implantados no prazo máximo de quarenta e dois meses, contado da data de sua aprovação.
- § 5º O direito ao crédito presumido dar-se-á a partir da data de aprovação do projeto, alcançando, inclusive, o período de apuração do IPI que contiver aquela data.
- Art. 3º O crédito presumido de que trata o art. 1º não poderá ser usufruído cumulativamente com outros beneficios fiscais federais, exceto os de caráter regional relativos ao imposto de renda das pessoas jurídicas.
- Art. 4º A utilização do crédito presumido em desacordo com as normas estabelecidas, bem assim o descumprimento do projeto implicará o pagamento do IPI com os correspondentes acréscimos legais.
- Art. 5º A saída, do estabelecimento industrial, ou a importação de chassis, carroçarias, peças, partes, componentes e acessórios, destinados à montagem dos produtos classificados nas posições 8701 a 8705 e 8711 da TIPI, dar-se-á com suspensão do IPI.
- § 1º O fabricante dos veículos referidos no **caput** ficará sujeito ao recolhimento do IPI suspenso, caso destine os produtos recebidos com suspensão do imposto a fim diverso do ali estabelecido.
- § 2º O disposto neste artigo não impede a manutenção e a utilização do crédito do imposto pelo estabelecimento que houver dado saída com suspensão do imposto.
- § 3º Nas notas fiscais relativas às saídas referidas no **caput**, deverá constar a expressão "Saído com suspensão do IPI", com a especificação do dispositivo legal correspondente, vedado o registro do imposto nas referidas notas.
- Art. 6º Será considerado exportado, para todos os efeitos fiscais e cambiais, ainda que não saia do território nacional, o produto nacional vendido, mediante pagamento em moeda estrangeira de livre conversibilidade, a:
- I empresa sediada no exterior, para ser utilizada exclusivamente nas atividades de pesquisa ou lavra de jazidas de petróleo e de gás natural, conforme definidas na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, ainda que a utilização se faça por terceiro sediado no País;

8 08000 PAGES 15000 PAGES 1500

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CeDI

 II - empresa sediada no exterior, para ser totalmente incorporado a produto final exportado para o Brasil;

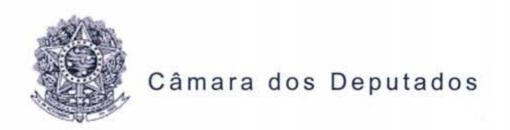
III - órgão ou entidade de governo estrangeiro ou organismo internacional de que o Brasil seja membro, para ser entregue, no País, à ordem do comprador.

Parágrafo único. As operações previstas neste artigo estarão sujeitas ao cumprimento de obrigações e formalidades de natureza administrativa e fiscal, conforme estabelecido pela Secretaria da Receita Federal.

Art. 7º Aplicam-se a toda a área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE os benefícios de programas de desenvolvimento econômico-social do Governo Federal destinados à região nordeste, na forma e nos termos do regulamento.

Art. 8º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 29 de julho de 1999; 178º da Independência e 111º da República.



REQ 57/2003

Autor:

Gastão Vieira

Data da

18/02/2003

Apresentação:

Ementa:

DESARQUIVAMENTO DE PROPOSIÇÕES:

PL 2384/2000, PL 4864/2001 E PL 7104/2002.

Forma de Apreciação:

Despacho:

Defiro o desarquivamento (RICD, art. 105, parágrafo único). Publique-

ap. 2235/99

se.

Regime de tramitação:

Em 10 /03 /2003

JOÃO PAULO CUNHA

Presidente



REQUERIMENTO 57/03 (do Sr. Gastão Vieira)

Requer o desarquivamento de proposições.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 105, parágrafo único, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência o desarquivamento dos projetos de lei, a seguir relacionados, que são de minha autoria:

PL - 2384/2000 V

(que concede estímulo à instalação de indústria aeroespacial no nordeste brasileiro);

PL - 4864/2001 V

(Altera a Lei nº 7357, de 2 de setembro de 1995 - Lei do

Cheque); e

PL - 7104/2002 V

(Dispõe sobre a inadimplência na prestação de contas e cumprimento das normas de programas federais na área de educação).

Sala das Sessões, em

/ 2003.

Deputado GASTÃO VIEIRA



PLENARIO - RECEBIDO Em 16/02/03 às 14/460108